



Organização Não Governamental de Ambiente, de Utilidade Pública

ONGA com estatuto de utilidade pública |

Associado fundador da CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente e da PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil

Membro de PONG Pesca, da PALP-Plataforma Algarve Livre de Petróleo, Plataforma de Defesa das Árvores, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C6. Membro de ONGAs internacionais: EEB; SAR; GBE

Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS, AZÓRICA; C.A. Almada; FPCUB; Marés, OIKOS; PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE



DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DESERTOS E O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

(2010 a 2020)



Década da Biodiversidade
Decade Living in Harmony with Nature (2011 a 2020)



**OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**



INTERNATIONAL YEAR OF
PLANT HEALTH
2020

Ano Internacional para a Fitossanidade



Plano de Atividades E Orçamento 2020

Aprovado a 24/05/2020

Presidente da Direção

Lisboa, 24 de maio de 2020

Índice

Índice 2

| | | |
|-------|--|-----------|
| I. | Objetivos e prioridades | 3 |
| II. | Resumo executivo para 2020 | 3 |
| III. | Quem irá fazer o quê em 2020? | 5 |
| 1. | Órgãos | 5 |
| 2. | Grupos de Trabalho..... | 6 |
| 2.1. | Biodiversidade..... | 6 |
| 2.2. | Consumo Sustentável | 6 |
| 2.3. | Energia e Clima..... | 6 |
| 2.4. | Ordenamento do território e mobilidade..... | 6 |
| 2.5. | Mar..... | 7 |
| 2.6. | Rios Livres | 7 |
| 2.7. | Cidadania e Participação..... | 10 |
| 3. | Projetos de educação, informação e intervenção ambiental..... | 10 |
| 3.1. | Coastwatch Portugal®..... | 10 |
| 3.2. | GEOTALINE..... | 11 |
| 3.3. | Rede Douro Vivo..... | 11 |
| 3.4. | O Meu Eco-Sistema ®..... | 12 |
| 3.5. | SUSTENTURIS..... | 12 |
| 3.6. | TerraSeixe..... | 12 |
| 3.7. | Renature Monchique | 15 |
| 3.8. | UnderWater Watch..... | 17 |
| 3.9. | Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada – Professor João Evangelista (GEOTA/ PATO) e Reserva Natural Local do Paul de Tornada..... | 17 |
| 4. | Representações junto de ONG ou similares..... | 19 |
| 4.1. | ATTCEI – Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento | 19 |
| 4.2. | Agência Oeste Sustentável | 19 |
| 4.3. | CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA | 19 |
| 4.4. | C6 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP..... | 19 |
| 4.5. | EEB/BEE – European Environmental Bureau | 20 |
| 4.6. | MIA – Movimento Ibérico Antinuclear | 21 |
| 4.7. | Plataforma Salvar o Tua..... | 21 |
| 4.8. | PASC CC..... | 21 |
| 4.9. | PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo..... | 21 |
| 4.10. | PONG Pesca..... | 21 |
| 4.11. | Plataforma Transgénicos Fora..... | 21 |
| 4.12. | ProTejo..... | 21 |
| 4.13. | Plataforma Oceano Livre | 21 |
| 4.14. | Seas At Risk..... | 21 |
| 5. | Representações em Organismos..... | 22 |
| 5.1. | Conselho Nacional da Água (CNA)..... | 22 |
| 5.2. | Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (*)..... | 22 |
| 5.3. | Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras Daire e Candeeiros..... | 22 |
| 5.4. | Conselho Estratégico do Parque Natural da Serra da Arrábida (*)..... | 22 |
| 5.5. | Conselho Estratégico do Parque Natural de Montesinho (*)..... | 22 |
| 5.6. | Parque Natural de Sintra Cascais (*)..... | 22 |
| 5.7. | Conselho de Região Hidrográfica do Norte (*)..... | 22 |
| 5.8. | Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (*)..... | 22 |
| 5.9. | Comissão de Acompanhamento do Parque Natural de Montesinho (*)..... | 22 |
| 5.10. | Compromisso para o Crescimento Verde | 22 |
| 5.11. | Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada..... | 22 |
| 5.12. | Conselho Consultivo da Reserva Natural Local do Estuário do Douro (*)..... | 22 |
| 5.13. | CNADS-Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (*)..... | 22 |
| 5.14. | Conselho Consultivo do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade..... | 23 |
| 5.15. | Conselho Consultivo da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação | 23 |
| 6. | Funcionamento e logística | 24 |
| | Secretariado e apoio técnico | 24 |
| | Acolhimento de voluntários | 24 |
| | Equipamento e Software | 24 |
| | Serviços externos..... | 24 |
| | Plano de Formação..... | 24 |
| | Sede (obras e manutenção)..... | 24 |
| | Condomínio..... | 24 |
| IV. | Orçamento 2020..... | 25 |

I. Objetivos e prioridades

O Objetivos e Prioridades para 2020 seguem os objetivos do ano anterior até eleição dos próximos órgãos sociais.

II. Resumo executivo para 2020

Espera-se que 2020 apresente algumas das tendências que marcaram os anos anteriores e que vão marcar a agenda política de ambiente, nomeadamente,

- Aumento da frequência de eventos climáticos extremos que afetem o território nacional e internacional;
- Brexit progressivo com consequências políticas e económicas ainda difíceis de avaliar, especialmente ao nível dos acordos de fronteiras, orçamento da União e disponibilidade de fundos comunitários, o que poderá trazer implicações ao investimento nacional;
- Início dos trabalhos dos Deputados Europeus Eleitos, com forte representação dos Verdes a nível Europeu, mas também com o aumento dos Eurocéticos. A nova Comissão tomou posse a 1 de dezembro de 2019, com o compromisso de apresentar nos primeiros 100 dias o *Green New Deal* para a Europa, com um conjunto de investimentos que promovam a economia da União e simultaneamente reduzam o impacto ambiental Europeu;
- Acordos da Política Agrícola Comum e planos estratégicos nacionais em plena discussão, com uma posição forte das ONGA nacionais e europeias;
- Do ponto de vista fiscal, ligeira descida dos impostos diretos mas aumento ao nível de impostos indiretos, com implicações no poder de compra – eventual reforço da fiscalidade ambiental;
- Entrada em vigor do passe familiar para os transportes públicos nas áreas metropolitanas, o que se considera já uma medida muito positiva, mas que deve ser acompanhada de investimentos na manutenção e modernização do material circulante e na renovação das empresas de transportes públicos de passageiros;
- Avanços definitivo nos processos de municipalização de responsabilidades do Estado, na sequência da aplicação da Lei 50/2018 e diplomas complementares, receando-se as consequências negativas que poderão derivar da falta do enquadramento adequado, insuficiente avaliação de impactes e dum processo de regionalização nem sequer anunciado;
- Desinvestimento na gestão das instituições com fortes responsabilidades de proteção e gestão dos valores naturais, com aumento da pressão e das ameaças à natureza e biodiversidade terrestre e aquática, com responsabilização crescente das autoridades locais em processos de co-gestão de áreas protegidas;
- Pressão do último ano das metas da Diretiva Quadro de Estratégia Marinha com escassas hipóteses de as cumprir;
- O pacote legislativo para a reforma da floresta não recolheu o consenso nem dos ambientalistas nem das organizações do setor florestal, mas não há mostras de retificação dos seus aspetos mais gravosos nem uma real coordenação de esforços no planeamento dos espaços rurais e florestais e na prevenção de fogos rurais e florestais;

A Pandemia COVID 19 – SARS COV 2 – Corona Virus, e a respetiva emergência sanitária que levou muitos países como Portugal a declararem o Estado de Emergência, o Estado de Calamidade e fortes restrições à liberdade de circulação e suspensão temporária de alguns direitos constitucionais, que entrou em força na Europa, está a acarretar um impacto económico (descida substancial do PIB, desequilíbrio do saldo importador e das finanças públicas, atraso nas respostas económicas de apoio às empresas e famílias), social (aumento generalizado do desemprego e da pobreza, redução muito acentuada da atividade das ONG, com dificuldade nas respostas sociais aos mais necessitados) e ambiental mundial com consequências que ainda são difíceis de calcular. Na sequência, muitos eventos promovidos por diversas organizações, incluindo pelo GEOTA, estão a ser adiados nalguns meses ou convertidos em teleconferências e seminários online. O teletrabalho e as reuniões em teleconferência tornaram-se norma para muitos agentes económicos e também para as ONGA. Acompanhando a redução substancial da atividade económica e das deslocações por trabalho ou lazer verifica-se já uma substancial redução das emissões poluentes, especialmente de Gases de Efeito de Estufa redução no mínimo de 8% de GEE) o que evidencia a grande intensidade carbónica e dependência de combustíveis fósseis ou da emissão de GEE da economia mundial. Tem sido registado um aumento localizado dos resíduos – consumíveis descartáveis equivalentes a hospitalares, embalagens. Essencialmente, esta crise veio a exacerbar as diferenças políticas de governança na resposta à pandemia e ao nível económico e de desenvolvimento entre países, entre regiões nesses países, entre mais ricos e mais pobres, entre os mais informados e os mais info-excluídos. O mundo está a ficar mais desigual e mais injusto contrariando a tendência que se vinha verificando até então na redução dos diferenciais de alguns indicadores de desenvolvimento.

As Organizações Não Governamentais de Defesa do Ambiente continuam a fazer, como fazem há muito, um esforço substantivo na conservação e proteção da nossa biodiversidade, na vigilância e denúncia dos maus atos de gestão ou dos danos causados à natureza por intervenções, quantas vezes, à margem da Lei, como ainda procuram atrair recursos financeiros para conservação da natureza, seja através, sobretudo, de fundos comunitários, seja de algum mecenato privado e empresarial. Neste contexto, as ONGA fazem um verdadeiro trabalho de serviço público, pouco reconhecido, substituindo-se muitas vezes ao Estado na defesa e promoção da Rede Natura, desenvolvendo a sua atividade em vastas áreas do território, sobretudo do território integrado na Rede Natura e sobre muitas das espécies com estatuto público de proteção.

Turismo Sustentável: continuação da área de trabalho especialmente focada no novo projeto “Sustenturis”.

Mar: Através da PONG pesca, bem como através da PASC CC – Plataforma de Associações da Sociedade Civil-Casa de Cidadania, com um grupo de trabalho ligado ao mar, outro ligado ao ordenamento do território bem como com os nossos parceiros e projetos, como o Coastwatch e o UnderWaterWatch, procuraremos cimentar a intervenção do GEOTA nesse setor.

Conservação da Natureza: Vamos manter a colaboração na Plataforma C6 (GEOTA, LPN, QUERCUS, FAPAS, SPEA, WWF), o esforço de manutenção do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Prof. João Evangelista, junto com a Associação PATO e as parcerias para a gestão da Reserva Natural Local do Paul de Tornada (C.M. Caldas da Rainha, ICNF, GEOTA, Associação PATO, União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto). Este ano vai continuar também os trabalhos da Rede Douro Vivo, coordenada pelo GEOTA, e dos projetos TerraSeixe e Renature, na bacia hidrográfica da ribeira do Seixe, entre o Alentejo e o Algarve litorais.

Água: Continuaremos a dar grande destaque ao trabalho desenvolvido pelo grupo Rios Livres para parar o Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH), assim como dando um enfoque na análise de projetos e impactes associados ao Programa Nacional de Regadios, com destaque para o projeto Tejo. Este trabalho continua a beneficiar de apoio atribuído pela Fundação MAVA - Fondation pour la Nature, através do qual o GEOTA será financiado até ao final de 2020, havendo a possibilidade de prolongar até ao final de 2022, com o projeto a ser desenvolvido por um consórcio de entidades.

Energia e clima: Este é um sector crítico para tornar a economia mais competitiva e simultaneamente reduzir os custos para famílias e empresas e os danos ambientais. A Energia e Clima encontram-se relacionados, no sentido em que visam, entre outros, promover uma política energética nacional mais eficiente e custo-eficaz. A participação do GEOTA na PALP-Plataforma Algarve Livre de Petróleo vai também no sentido geral do trabalho neste tema, defendendo a descarbonização e as alternativas energéticas às fontes fósseis.

Nuclear: profundamente ligado ao tema e setor da energia e ao dos resíduos industriais perigosos, o tema ganhou grande relevância no final de 2016 e início de 2017, com os repetidos acidentes verificados na Central Nuclear de Almaraz, a determinação do Governo Espanhol em prolongar o funcionamento dessa instalação e a intenção recente de instalar um depósito de resíduos radioativos nessa localização, a 100 km da fronteira portuguesa, merecem a nossa atenção ainda neste ano.

Ordenamento do Território e Mobilidade: O desinvestimento do Estado no setor dos transportes tem levado à degradação do material circulante, dos serviços e ao aumento da insatisfação com os transportes e outros serviços públicos, situação que se agravou com os novos passes metropolitanos Navegante e Andante. O GEOTA continuará atento a este setor.

Solos: A União Europeia e Portugal continuam a carecer de aprovação da Diretiva Estratégica de Solos que enquadre legalmente os passivos industriais existentes, obrigue à sua resolução e evite a sua criação. Os passivos são conhecidos bem como as técnicas de remediação, os custos, contudo, colocam este problema no fundo das prioridades, malgrado os aspetos ambientais e de saúde pública implicados. Os projetos de exploração mineira de lítio e outros minerais, pelas suas implicações ao nível das paisagens, conservação na natureza, saúde de bem-estar das comunidades no interior, normalmente as mais afetadas, vêm a agravar estas preocupações. O GEOTA vai permanecer atento a esta temática e a procurar parcerias estratégicas que possam cimentar a sua posição.

Consumo Sustentável: A campanha de Consumo Sustentável assentará a sua atuação na promoção do consumo da água da rede, com um patrocínio da EPAL, para o desenvolvimento de uma campanha de comunicação e a instalação de unidades de *refill* de garrafas e bebedouros em locais de grande circulação pedonal e turística em Lisboa.

Redes de parcerias: Vai procurar desenvolver-se as redes de parcerias em projetos já tradicionais – Coastwatch, Paul de Tornada e ainda desenvolver outras ao nível nacional – (CPADA) Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, C6-Coligação de ONGA para o ambiente e Natureza, PASC Casa da Cidadania, (PALP) Plataforma Algarve Livre de Petróleo, PONG Pesca – Plataforma de ONGA para a Pesca, ProTejo, Oceano Livre – e internacional – (EEB) European Environmental Bureau, Seas At Risk, bem como os novos parceiros nos projetos financiados pela MAVA. O novo quadro comunitário e os financiamentos disponíveis na Europa apontam, em quase todos os casos, para projetos em rede de parceiros.

III. Quem irá fazer o quê em 2020?

1. Órgãos

Assembleia Geral

Reunião ordinária da Assembleia-geral em 22 de março de 2020

Comissão Executiva

A CE reunirá, em princípio, numa base semanal, durante 2020

Conselho Fiscal

Reunião para apreciação dos documentos a aprovar na Assembleia Geral e participação pontual nos outros órgãos por convite.

Direção

Reuniões mensais em 2020.

Conselho Geral

Equipa (até às eleições de 24 maio)

Presidente: João Miguel Dias Joanaz de Melo (nº 17)

Vice-presidente: Ana Filipa Ribeiro Ramalhete (nº 1117)

Secretário: Pedro Miguel Faria Mota (nº 2679)

S: João Carlos Pires Caninas (nº13)

Presidente: Marlene Isabel Figueiredo Alves Pereira Marques (nº 20)

Tesoureiro: Hélio Carlos Rasteiro Antunes (nº 2684)

Vice-presidente: Patrícia Tavares Latino Tavares Rocha (nº2558)

Vice-presidente: Olga Alexandra Romão Branco (nº 1677)

Vogal: Luis Miguel Batista Jerónimo (nº 2649)

S: Pedro Campos Rodrigues da Costa (nº 862)

S: António Miguel Portugal Galvão (nº2531)

Presidente: Maria Isabel Lopes Moura Teixeira (n.º 753)

Vogal: Joaquim Manuel da Rocha Afonso (n.º 2080)

Vogal: Maria de Fátima Mata Monge Valverde (n.º 76)

S: Maria da Conceição da Costa Martins (n.º 57)

Comissão Executiva e coordenadores de grupos e Projetos cf imagem abaixo.

Direção do GEOTA e ONGA com protocolo de representação:

ADAPA, AEAT, Amigos da Beira, Azórica, FPCUB, Oikos Leiria, PATO, Palhota, OnGaia, Marés, Centro de Arqueologia de Almada, ARCHAIS, ADPCCBombarral, Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, SETA, Amigos dos Açores, CNE

| Coordenadores | Grupos e Projectos | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------|--------------------|------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------------|--------|------------|------------------|----------------|-----------------|--------------------------|-----------|-------------------|-------------|------------------------|
| | 1. Biodiversidade | TerraSeixe | Renature Monchique | 2. Consumo Sustentável | 3. Energia e Clima | 4. Orden. Territ. e Mob. | 5. Mar | Coastwatch | UnderWater watch | 6. Rios Livres | Rede Douro Vivo | 7. Cidadania e Particip. | GEOTALINE | O Meu Eco-Sistema | Sustenturis | C.E.E. Paul da Tornada |
| J. J. Melo | | | | | | | | | | | | | | | | |
| F. Ramalhete | | | | | | | | | | | | | | | | |
| P. Mota | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M. Marques | | | | | | | | | | | | | | | | |
| P. Tavares | | | | | | | | | | | | | | | | |
| O. Romão | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M. Jerónimo | | | | | | | | | | | | | | | | |
| P. Costa | | | | | | | | | | | | | | | | |
| E. Zúquete | | | | | | | | | | | | | | | | |
| I. Gomes | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M. Sequeira | | | | | | | | | | | | | | | | |
| R. Próspero | | | | | | | | | | | | | | | | |
| J. Candeias | | | | | | | | | | | | | | | | |
| H. Careto | | | | | | | | | | | | | | | | |
| C. Pacheco | | | | | | | | | | | | | | | | |
| T. Lemos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A. Brazão | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M. S. Martins | | | | | | | | | | | | | | | | |

2. Grupos de Trabalho

2.1. Biodiversidade

Desenvolvimento do projeto TerraSeixe e Renature (vd. Seção respetiva), na bacia hidrográfica da Ribeira de Seixe, Alentejo e Algarve.

Reserva Natural Local do Paul de Tornada - sítio Ramsar:

Justin Roborg-Söndergaard ©

Com participação efetiva prevista:

J. Roborg-Söndergaard (GEOTA).

Miguel Jerónimo (GEOTA)

António Lambe (Ação Ambiental)

2.2. Consumo Sustentável

1. Projeto Bebedouros Públicos para a Cidade de Lisboa - parceria com a EPAL e com a CML - visa estabelecer um novo design de bebedouro público para jardins públicos e praças de Lisboa e disseminar o novo modelo de bebedouro pela Cidade de Lisboa, para que aumentem o número de bebedouros disponíveis e melhore a imagem da água da rede junto ao público. Tem como objectivo o aumento do consumo de água da rede e a diminuição do consumo de água engarrafada.

Patrícia Latino Tavares ©

Helder Careto

2. Prospecção e exploração de lítio - acompanhamento dos planos projectados para Portugal e elaboração de posição pelo GEOYA

Apoio: EPAL

3. Expansão da Produção Agrícola de Regadio - acompanhamento da situação

4. Alterações Climáticas - Informação dos cidadãos e participação do Geota nas iniciativas de rua contra as alterações climáticas.

5. Colaboração com a Junta de Freguesia da Estrela - campanha de sensibilização aos munícipes, nomeadamente sobre separação de resíduos, consumo de água da torneira e redução do consumo.

6. Campanha de informação sobre problemas inerentes ao consumo: Informação aos consumidores sobre os excessos e implicações do consumo, nomeadamente através das páginas das redes sociais

7. Combater o modelo de desenvolvimento vigente baseado no crescimento económico, no lucro e no consumo.

8. Redução de embalagens. Proposta para a redução ou eliminação de embalagens em supermercados e em cafés e restaurantes, nomeadamente o empacotamento dos talheres e a cobertura dos tabuleiros nas cantinas e restaurantes.

9. Acompanhamento das reuniões da CPADA e C6

2.3. Energia e Clima

Acompanhamento da Rede Douro Vivo na dimensão da política energética. Reuniões com os partidos e grupos parlamentares sobre as políticas de sustentabilidade para a energia.

J. Joanaz de Melo,
Maria João F. Sousa,
Pedro Mota,
Miguel Sequeira,
Filipa Fernandes

Criação de campanha nacional sobre a fiscalidade ambiental.

Tomada de posição sobre a mineração do lítio em Portugal, geral e específica em projectos sensíveis.

2.4. Ordenamento do território e mobilidade

Continuar a acompanhar as políticas de ordenamento do território e mobilidade, entre as quais se inclui o desenvolvimento do Plano Nacional de Investimentos 2030.

Eduardo Zúquete
Filipa Ramalhete
Irina Gomes

Aumentar a cooperação com os outros Grupos/ Projectos do GEOTA, nomeadamente Paúl da Tornada, Rede Douro Vivo e TerraSeixe/Renature. Procurar concertar posições conjuntas sobre temas como a Agricultura Intensiva, a Exploração de Lítio, etc.

J. Joanaz de Melo
Marlene Marques
Miguel Sequeira

Procurar relacionar o trabalho do grupo com os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.

Procurar promover/ divulgar mais "visitas de campo".

Pedro Costa

Pedro Mota

Ricardo Próspero

Habitação em Lisboa – A transformação do edificado em Lisboa tem sido alavancada pelo aumento da procura imobiliária e do turismo, com consequências para a habitação (aumento exponencial do custo/m² e do tipo de habitantes da cidade) e para a vivência da cidade. O turismo desempenha um importante papel no país e na cidade de Lisboa, mas é necessário encontrar estratégias que minimizem os problemas que já se fazem sentir na cidade, designadamente ao nível da habitação.

Regionalização e municipalização – Tema na ordem do dia que necessita de uma discussão alargada para a qual o GEOTA procurará contribuir.

Ordenamento do Território:

Manter o acompanhamento dos projetos turísticos no Litoral Alentejano, à semelhança do que o GEOTA tem feito nos últimos anos.

Acompanhar, em parceria com o Laboratório de Estudos Urbanos, a actualização da Agenda Territorial Europeia que será aprovada no final de 2020.

Cadastro e transformação fundiária – acompanhamento dos resultados do projecto piloto do Sistema de Informação Cadastral Simplificado - BUPi (Balcão Único do Prédio).

Mobilidade:

Continuar a acompanhar: a expansão do Aeroporto de Lisboa e do Aeroporto do Montijo;

O tema da Mobilidade Urbana, em particular na Área Metropolitana de Lisboa; e

A estratégia (ou falta dela) para a rede de Mobilidade e Transportes Nacional.

2.5. Mar

Continuação dos trabalhos na temática

Promoção dos projetos UnderWaterWatch e Coastwatch

Acompanhamento dos assuntos da PONG Pesca.

Exploração de perspetivas de financiamento de projetos ligados ao mar

José Maria Candeias

Helder Careto

Carla Pacheco

Teresa Lemos

Marlene Marques

2.6. Rios Livres

Ontem e Amanhã: a necessidade de reorientação das ações

Com o anúncio do cancelamento da barragem de Fridão pelo Ministro do Ambiente, em abril de 2019, deixou de planos de novos aproveitamentos hidroelétricos na bacia hidrográfica do Douro. Contudo, surgem um total de cerca de 120 novos projetos de regadios nesta bacia, previstos na Estratégia Nacional de Regadios. Estendem-se também crescentes pressões na bacia do Tejo, com o anúncio de construir várias barragens para regularização de caudais (Alvito), irrigação (Pisão) e navegabilidade/controlo de intrusão da cunha salina (várias barragens e açudes entre Vila Franca de Xira e Abrantes). A promoção de investimento público e comunitário ao Programa Nacional de Regadios chegou em força e com falta de informação, sendo urgente auscultar os impactes de novas barreiras e aumento dos usos, associados ao expectável aumento da área dedicada a agricultura intensiva.

Estes fatores, conjuntamente com o encerramento do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH), no terreno, sugerem o aumento da pressão sobre os recursos hídricos sobre as duas maiores bacias hidrográficas em Portugal. A estes, associam-se problemas na gestão transfronteiriça crescentes e cada vez mais evidentes, resultado dos conflitos de usos inerentes à gestão das águas doces a nível mundial. Surgiu assim a necessidade de ampliar o foco da equipa Rios Livres, que desenvolve o projeto análogo, e coordena a Rede Douro Vivo e o Movimento porTEJO. A visão traçada há vários anos continua e continuará centrada em "Defender rios vivos: proteger os livres, cuidar dos ameaçados, salvar os que estão em risco", mas urgia uma reorientação das ações de modo a dar resposta aos novos problemas, desenvolvendo esforços para ir ao encontro, simultaneamente, dos impactos criados pelos aproveitamentos hidroelétricos e hidroagrícolas.

A reorientação foi desenvolvida como resultado do retiro da equipa realizado em maio de 2019, tendo sido identificadas alterações necessárias ao projeto, discutidas e alinhadas com a Fundação



Ana Brazão ©

MAVA em novembro, e que vão genericamente no sentido de:

- Revisão das parcerias no âmbito de projetos financiados.
- Revisão do âmbito de aplicação geográfico para nível nacional e Ibérico, e temático, incluindo os problemas associados a novo regadio.
- Aproveitar o *momentum*, e os estudos contratualizados, reforçando esforços de cooperação com agentes decisores no sentido da revisão legislativa e introduzindo novos conceitos como remoção de barragens.
- Desenvolvimento de 2.ª campanha de comunicação em 2020.

Estas alterações e revisão do projeto serão alvo da *Mid Term Evaluation* da Fundação no primeiro semestre de 2020, sendo comum a todos os projetos financiados. Por decisão dos membros, será o GEOTA (Ana Brazão) uma das organizações que coordenará esse processo de avaliação de progresso, cujos primeiros resultados serão apresentados no *Steering Committee* da MAVA na Jordânia em março. Desse processo, resultarão as diretrizes para desenvolver o 2.º Full Projeto Proposal de cada projeto, a decorrer nos dois anos seguintes, a submeter em agosto para assegurar assinatura de contrato com o GEOTA.

Monitorização e ação legal do PNBEPH

Será atualizada a queixa submetida em 2017 ao Procurador da República, tendo em vista a análise de um conjunto de atos e decisões políticas e administrativas que foram tomadas nos últimos anos, a propósito da aprovação de novas barragens, em especial no âmbito do PNBEPH. Vieram a público notícias sobre o real preço das barragens, sobre a extensão dos prazos de concessão e ligações entre elementos que tiveram papéis importantes nas decisões, que fortalecem as questões apresentadas aquando da submissão da queixa, que continua em segredo de justiça. A Ação Popular sobre o Aproveitamento Hidroelétrico de Fridão (AHF) mantém a sua relevância, já que a validade da DIA, atualmente de 10 anos, vai além do que a lei previa (2 anos). Será necessária uma decisão do Tribunal que assegure que estas decisões não se verificam novamente noutros processos de AIA.

Apesar das declarações do Ministro do Ambiente na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação da Assembleia da República, a Iberdrola continua a não considerar nas suas medidas de mitigação a não existência da albufeira que seria criada por Fridão, por não ter sido ainda notificada oficialmente deste cancelamento. O acompanhamento que temos feito das obras do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (SET), enquanto membros da CCA designados pela CPADA, permitiu-nos ter conhecimento de várias situações que, estando dentro da lei, nos parecem desadequadas, ilegais e, no limite, desumanas:

- Falta de informação às populações, especialmente quando falamos de populações envelhecidas, com baixa capacidade financeira, surpreendidas pelo ruído das obras a qualquer hora (dia ou noite), expropriações parciais, com perda de acesso aos seus terrenos, e que aceitam muitas vezes a expropriação das suas casas sem perceberem o que realmente se passa.
- Expropriações na zona de Ribeira de Pena, com realojamentos em contentores num parque de estacionamento, apesar de ainda faltarem 8 meses para o enchimento da Albufeira, com várias famílias que ainda discutem os valores a receber.

O abate de áreas florestais, feito numa altura de nidificação de várias aves e próximo da época de chuvas, que perturbará o ciclo normal dessas aves e o deslocamento de terras, não mais protegidas pelas árvores.

Para 2020, temos como objetivo a revisão de procedimentos e legislação. Iremos exigir que o processo de expropriações inclua maior informação, a participação obrigatória das autoridades locais, como forma de proteger e informar populações mais frágeis e apoio psicológico para os expropriados. Paralelamente, que as medidas de mitigação e compensação considerando as épocas do ano e ciclos de vida dos animais, e uma maior fiscalização dos resultados. Es da sua implementação, permitam a adaptação ou alteração das mesmas. Iremos também trabalhar numa proposta de legislação sobre o conceito de “temporary nature”, ou seja, a possibilidade de manter um espaço natural como tal, até ao momento em que vai realmente ser usado, permitindo uma proteção temporária e evitando a destruição precoce.

Lawyers for Rivers

Em 2020 serão públicos os primeiros esforços dos *Lawyers for Rivers*, uma iniciativa do projeto *Halting Hydropower in the Med Basin* que o GEOTA integra e é coordenado pela EuroNatur. Este grupo de juristas está a desenvolver um levantamento de maus casos de aplicação da legislação ambiental, que terá vários países em análise, incluindo Portugal com o processo de estudo,

aprovação, licenciamento e construção do PNBEPH. O *Report on Systematic Failure* contará com vários contributos preparados pela equipa RL, e será divulgado no início de 2020. Segue-se um esforço de advocacia a nível nacional e europeu, junto de Deputados/as Portugueses/as, para assegurar que as respetivas conclusões são incluídas na revisão legislativa e no *Green New Deal*.

Cooperação transfronteiriça nos rios: relação Portugal e Espanha

No âmbito da Rede Douro Vivo, foram identificadas várias pressões afluentes de Espanha e que carecem de atualização em sede de Convenção de Albufeira. Estas matérias serão trabalhadas com a WWF Espanha, com quem será desenvolvida uma proposta comum de recomendações ao 3.º ciclo de Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) para o Douro, mas também Tejo e Guadiana, que inclua a melhor gestão de bacias partilhadas.

O GEOTA irá igualmente submeter um parecer, no âmbito da Rede Douro Vivo, à 2.ª fase da Consulta Pública de PGRH para o Douro, que decorre no primeiro semestre de 2020. Paralelamente, irá manter as relações institucionais criadas com as administrações hidrográficas de ambos os países, a Confederación Hidrográfica del Duero e a Administração de Região Hidrográfica do Norte. A cooperação transfronteiriça será adensada através do estudo que a WI-EA se encontra a desenvolver, e que será concluído em 2020.

Campanha de comunicação sobre impactes de barragens

Identificada a necessidade de promover uma campanha de alcance abrangente, para o grande público, de longo prazo, que aborde os impactes das barragens, em vez do foco nas especificidades de uma só barragem, como sucedeu com Fridão, Foz Tua ou Baixo Sabor, contratou-se a agência de comunicação Torke CC, com a qual se está a preparar uma campanha de comunicação que deverá ser lançada em entre Fevereiro e Março. Contará com:

- Produção de conteúdos multimédia para site e redes sociais
- Duas Press / influencers trips

Campanha de comunicação sobre impactes de barragens

Identificada a necessidade de promover uma campanha de alcance abrangente, para o grande público, de longo prazo, que aborde os impactes das barragens, em vez do foco nas especificidades de uma só barragem, como sucedeu com Fridão, Foz Tua ou Baixo Sabor, contratou-se a agência de comunicação Torke CC, com a qual se está a preparar uma campanha de comunicação que deverá ser lançada em entre Fevereiro e Março. Contará com:

- Produção de conteúdos multimédia para site e redes sociais
- Duas Press / influencers trips



Organização da European Rivers Summit II / 2ª Cimeira Europeia dos Rios

Em 2020 caberá ao Rios Livres organizar a segunda edição deste evento, que decorrerá de 19 a 21 de novembro de 2020, em Lisboa. Os preparativos logísticos de grande envergadura serão um dos principais focos de trabalho durante todo o ano de 2020. Foi já assegurado o espaço, na Fundação Calouste Gulbenkian, que cedeu o espaço livre de encargos financeiros.

O objetivo primordial será juntar ativistas e especialistas para partilhar conhecimento, fazer parcerias e falar sobre proteção de Rios, bem como projetar na comunicação social a necessidade de proteger estes que são um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo.

Os temas que se prevê serem abordados serão: Impacte das Alterações Climáticas na Água Doce, Subsídios Públicos Perversos à Produção de Energia, Medidas de Proteção e Restauração de Rios, Remoção de Barragens e Justiça Ambiental.

Informações sobre a 1ª edição: <http://rioslivresgeota.org/category/cimeira-europeia-dos-rios/>

**2.7. Cidadania e Participação**

Acompanhar e promover a Cidadania Ambiental e a Participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão e mudança de paradigma.

Foco em **3 temas**: Agenda 2030 e (ODS) Objectivos do Desenvolvimento Sustentável; Convenção de Aarhus e Estratégias Nacionais para a Cidadania e para a Educação Ambiental.

Carla Pacheco
Irina Gomes
Marlene Marques
Olga Romão

3. Projetos de educação, informação e intervenção ambiental**3.1. Coastwatch Portugal®**

Coordenado em Portugal pelo GEOTA com o apoio dos coordenadores regionais (ONGS, Municípios, Escolas,

O Coastwatch é um projeto europeu de educação ambiental e cidadania participativa de âmbito ambiental, coordenado a nível nacional pelo GEOTA. Este projeto de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, em Portugal, envolve milhares de voluntários de vários níveis etários todos os anos, desde 1989.

Anualmente o litoral é observado, analisado e são recolhidos dados com referência aos aspetos biofísicos, de poluição, biodiversidade, e ameaças e riscos, nas zonas entremarés e supralitoral do litoral português.

Atividades previstas para 2020 (campanhas anuais Coastwatch 2019-2020 “30 Anos a Olhar pelo Litoral” e 2020-2021):

- i. Acompanhamento e apoio a saídas de campo na região Oeste, região de Lisboa e PNSACV;
- ii. Realização de ações mensais de formação (ACD DE 3 horas) e informação;
- iii. Promoções de atividades de Educação Ambiental Coastwatch nas pausas letivas de 2020, em várias praias;
- iv. Divulgação do Projeto Coastwatch a nível local e nacional;
- v. Angariação de coordenadores regionais do Projeto Coastwatch que apoiam, divulgam e promovem as saídas de campo Coastwatch;

© Teresa Lemos
Carla Pacheco
José Candeias



Parcerias e apoios:

Coordenadores regionais,
Ministério da Educação,
Agência Portuguesa do Ambiente e Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares,
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas,
IFOR/APG, FCT/UNL

<http://coastwatchnacional.wixsite.com/coastwatch-portugal/coordenadores->

- vi. Organização e realização do 30º seminário “30 anos a olhar pelo litoral” e 30º aniversário do projeto nos dias 9 e 10 de julho, na FCT/UNL.

regionais

<http://coastwatchnacional.wixsite.com/coastwatch-portugal/parceiros>

<http://coastwatchnacional.wixsite.com/coastwatch-portugal>

<https://www.facebook.com/CW.Coordenacao.Nacional/>

<https://www.instagram.com/coastwatchnacional/?hl=pt>

Saúde Martins ©

Helder Careto

Teresa Lemos



Ana Brazão (c)

Ricardo Próspero

João Labrincha

Daniel Demétrio

Nélia Ramos



O projeto conta com a colaboração de uma docente em destacamento no GEOTA através da Rede de Docentes em Mobilidade da Agência Portuguesa do Ambiente.

A campanha Coastwatch de 2019-2020 “30 anos a Olhar pelo Litoral” conta com o Alto Patrocínio de S.Exa. Presidente da República

3.2. GEOTALINE

Continuar a atividade do canal GEOTALINE, através do envio de informação selecionada e regular aos associados por via eletrónica permitiu difundir de modo mais alargado conteúdos de interesse ambiental geral e divulgar iniciativas que o GEOTA e rede de instituições que nos contatam vão organizando.

Organizar um encontro de associados na oportunidade de um evento institucional do GEOTA.

3.3. Rede Douro Vivo

Este projeto, lançado em 2018, terá uma grande parte dos seus resultados esperados em 2020. Resulta de uma parceria multidisciplinar de cientistas, ambientalistas, conservacionistas e especialistas na área jurídica e da participação pública, nacionais e internacionais.

O projeto é liderado pelo GEOTA em parceria com a ANP|WWF Portugal, o CEDOUA-UC (Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente – Universidade de Coimbra), o CIBIO-UP (Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos – Universidade do Porto), o CITAB-UTAD (Centro de Investigação e Tecnologias Agroambientais e Biológicas – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), a FCT-UNL (Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa), a Rede INDUCAR, IUCN-Med (International Union for Conservation of Nature – Centre for Mediterranean Cooperation), a LPN (Liga para a Proteção da Natureza). e a WI-EA (Wetlands International – European Association). Tem como metas:

- Demonstrar alternativas a novas barragens, num contexto de adaptação às alterações climáticas;
- Promover a adaptação ou remoção de barreiras obsoletas, assim como a sua definição;
- Para as que têm uso, estudar medidas de mitigação de impactes como a implementação de caudais ecológicos, implementação e adaptação de passagens para peixes ou a gestão de sedimentos;
- Conservar rios e/ou trechos de rios ainda em estado livre.

Com o objetivo de fazer face à introdução de novos impactos associados a irrigação, que se vêm juntar àqueles provenientes da produção hidroelétrica, vão ser desenvolvidos estudos e divulgação de alternativas a estes dois modos de produção, procurando influenciar a classe política e agentes decisores através da transmissão de informação técnica e científica recolhida no âmbito da Rede Douro Vivo (Estratégia Energética Alternativa, pela FCT-UNL; análise legal e criação de estatuto de proteção de rios livres, pelo CEDOUA) e no âmbito do projeto de investigação LEAP, financiado através de bolsa fornecida pela Fundação Gulbenkian, que tem o objetivo de capacitar os recursos humanos das organizações na recolha e influência de políticas públicas sobre produção agrícola e gestão sustentável dos recursos hídricos.

O ano de 2020 contará com:

- Continuação da implementação da estratégia de *advocacy* e comunicação para a participação pública, baseada em *case studies* de territórios selecionados, e focada na “formação” de membros parlamentares e outros agentes influenciadores.
- Proposta de implementação e divulgação do *River Ombudsmann*, ou Provedor dos Rios.
- Conclusão do relatório com a identificação de vazios legais e sobreposições, e a sua incorreta aplicação ou ausência de aplicação noutros diplomas.
- Acompanhamento dos possíveis casos de remoção de barragens, identificados em reunião

com EDP e ARH-Norte, e no qual o GEOTA poderá vir a acompanhar.

- Participação nos workshops em territórios caso-de-estudo com atores e decisores locais.
- Lançamento público de resultados de estudos (Relatório de mapeamento e impactes das barragens do Programa Nacional de Barragens, Resumo científico e ecológico de dois casos de estudo monitorizados na Bacia Hidrográfica do Douro, Relatório preliminar do mapeamento de locais de elevado valor ambiental (*hotspots* de biodiversidade), X-Ray Report, entre outros).

Metas de Comunicação para 2020

A comunicação dos projetos, e de todas as atividades inerentes, através dos vários canais de comunicação online (Websites, Redes Sociais e Newsletters), é fundamental para se alcançar as metas estabelecidas para os mesmos. Como tal, propomos também algumas metas mínimas dos canais de comunicação para 2020.

| Meio de Comunicação | Metas |
|----------------------|----------------------------------|
| Websites | - 1 000 Visitas |
| Redes Sociais | - 30 000 Pessoas alcançadas |
| | - 9 000 seguidores no Facebook |
| | - 900 seguidores no Instagram |
| Newsletters | - 1 000 aberturas de newsletters |

3.4. O Meu Eco-Sistema®

Continuação dos trabalhos relativos ao projeto e manutenção dos suportes de informação existentes com a renovação do seu conteúdo.

Hélder Careto ©

Apoio secretariado e contabilidade Saúde Martins



3.5. SUSTENTURIS

Coordenação do projecto com diversos parceiros. Angariação de financiamentos e contactos com os parceiros interessados. Desenvolvimento de protótipo operacional em conjunto com os parceiros.

Retomar o programa de parcerias com empresas de turismo de natureza, com o duplo objectivo de ampliar o leque de parceiros e proporcionar vantagens aos associados do GEOTA.

Desenvolvimento do projeto Prevent Crowding coordenado pelo ISCTE.

Olga Romão Brito e Abreu©

J. Joanaz de Melo,
Fernando Brito e Abreu
António Galvão



Miguel Jerónimo ©

3.6. TerraSeixe

Implementação de projeto de gestão ambiental partilhada:

O Projeto TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal, nasce de preocupações com a proteção e conservação de espécies endémicas, num contexto bio-geográfico particular, onde é possível identificar reservas de material genético, como é o caso do *Quercus canariensis*. O Projeto TerraSeixe está integrado na Rede Natura 2000 e Rede Nacional de Áreas Protegidas existentes. Tendo como unidade de análise a Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe (BHRS), que inclui parte dos municípios de Monchique, Aljezur e Odemira, entendida como paisagem multifuncional, o projeto prossegue uma abordagem socioecológica, no sentido de pretender envolver os diferentes stakeholders



Renature

Coordenação: GEOTA
Primeiro
parceiro/cofinanciador: Acção

na sua implementação, pelo menos no âmbito local e regional.

A estratégia de financiamento assenta numa lógica de financiamento múltiplo, sendo assegurada a exequibilidade das diversas componentes de intervenção de forma independente, para o que estão a ser formalizadas parcerias.

As principais tarefas a desenvolver para o ano de 2020 no Projecto TerraSeixe são: conclusão da operação candidatada ao Programa CRESC Algarve2020; Continuar a desenvolver um processo de participação pública com os stakeholders locais para disseminação do projeto e execução do Plano de Gestão Ambiental Partilhada. As diferentes tarefas serão desenvolvidas em paralelo e coordenadas pela equipa no sentido de atingir os objectivos propostos no Plano de Actividades.

Ambiental / CCDR Algarve (PDR 2020)

Parceiros:

- Câmara Municipal de Monchique
- Câmara Municipal de Aljezur
- Câmara Municipal de Odemira
- Junta de Freguesia de Odeceixe
- Universidade de Évora/CIBIO – InBio
- Universidade do Algarve
- Universidade de Lisboa/ICS
- Universidade Nova de Lisboa/FCT
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – Algarve
- Agência Portuguesa de Ambiente – ARH Algarve
- Associação Vicentina



Fig. 1 – Área de intervenção do projeto Cordão Verde.

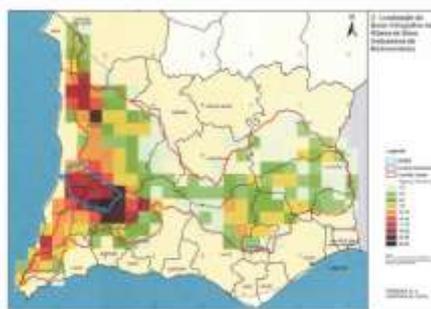


Fig. 2 – A BHRS como hotspot para a biodiversidade no sul de Portugal.

Para mais informações consultar:

<https://www.terraseixe.org/>

ou

<http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/defaultCategoryViewOne.asp?categoryId=774>

Além das tarefas principais já identificadas pretende-se também desenvolver outras paralelamente e complementares:

- Estabelecer uma coordenação a médio-longo prazo com os parceiros do projecto.
- Identificar propriedades disponíveis para desenvolver processos de restauração ecológica na BHRS.
- Identificar fontes de financiamento nacionais e internacionais.
- Identificar os critérios de elegibilidade para o Programa LIFE.

Desenvolver material de design e comunicação.

Tarefa 1: Conclusão Operação CRESC Algarve 2020



WP 1 – INFRAESTRUTURA VERDE, SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS E REFÚGIO CLIMÁTICO

Objetivo:

Atualmente as redes ecológicas são entendidas na Europa como fundamentais para o desenvolvimento territorial através do uso multifuncional do capital natural.

Com a definição de uma infraestrutura ecológica para a BHRB pretende-se:

- Garantir a manutenção, a funcionalidade e a sustentabilidade dos sistemas biofísicos (ciclo da água, do carbono, do azoto), assegurando, desta forma, a qualidade e a diversidade das espécies, dos habitats, dos ecossistemas e das paisagens.
- Definir a rede ecológica a partir de corredores ecológicos que assegurem conexões funcionais e estruturais entre as áreas consideradas nucleares do ponto de vista da conservação dos recursos para, desta forma, contrariar e prevenir os efeitos da fragmentação e artificialização dos sistemas ecológicos, bem como a continuidade dos serviços providenciados pelos mesmos.
- Identificar de áreas fundamentais para a restauração ecológica, definição do Estado de Referência e das técnicas mais adequadas de intervenção.
- Valorar os serviços dos ecossistemas.

Para além disso, a situação geográfica da BHRB permitiu níveis elevados de estabilidade climática ao longo do tempo geológico facilitando a persistência de espécies adaptadas a climas subtropicais, quentes, húmidos e com baixas amplitudes térmicas. Um exemplo destas espécies é o emblemático *Quercus canariensis* cuja distribuição em Portugal se encontra restrita à Serra de Monchique, incluindo a BHRB. As variáveis geográficas que criaram condições para a existência deste refúgio climático são constantes em escalas geológicas sendo, portanto, indicadoras de previsíveis condições de estabilidade climática durante as alterações climáticas em curso e previstas para o decorrer do século XXI. No entanto, a existência ou eficácia destes refúgios pode ser reforçada por uma gestão desadequada do território, nomeadamente através de práticas de utilização do solo que conduzem a uma elevada erosão do solo e à degradação do coberto vegetal natural, aumentando o risco de incêndio. Neste âmbito, o projeto inclui também os seguintes objetivos:

- Proceder ao zonamento das áreas de elevada estabilidade climática na BHRB com vista à identificação de uma rede regional de refúgios microclimáticos para a biodiversidade;

Identificar corredores de dispersão entre refúgios climáticos por forma a facilitar a adaptação da biodiversidade às alterações climáticas e assim garantir a persistência dos serviços dos ecossistemas associados a estes elementos da biodiversidade.

WP 2 – PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL PARTILHADA

Objetivo:

A gestão ambiental partilhada assenta em princípios de partilha de responsabilidades e no estabelecimento de compromissos de gestão que sejam convergentes em função de objetivos comuns definidos de forma colaborativa. Assim, a gestão ambiental partilhada da BHRB tem como objetivos:

- Criar condições para a definição partilhada de objetivos de gestão ambiental sustentável e para o estabelecimento de uma carta de compromissos que tenha por base a negociação de um posicionamento consensual por parte das instituições públicas e do sector privado (tanto proprietários como empresas, como é o caso da Navigator);
- Propor um conjunto de medidas de gestão adequados aos refúgios microclimáticos e aos corredores de dispersão entre eles;
- Assegurar a informação, a sensibilização e a formação para a carta de compromissos;
- Promover um programa de educação ambiental junto das escolas da área de intervenção do projeto;
- Definir um Programa de Gestão Ambiental Partilhada.

WP3 – PROMOÇÃO DO ECOTURISMO

Objectivo:

Pretende-se assim:

- Identificar e caracterizar a paisagem e os seus valores naturais e culturais;
- Definir uma rede de percursos para a interpretação da paisagem nas suas diversas componentes e estados ao longo do ano;
- Apoiar projetos de turismo rural e atividades de animação ambiental e cultural que aumentem a atratividade do lugar;
- Identificar oportunidades de desenvolvimento de produtos inovadores que reforcem a sustentabilidade e a identidade cultural da BHRS

WP 4 – COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E NETWORKING

Objetivos:

O sucesso do projeto depende, em boa medida, da capacidade de comunicar os seus objetivos, resultados e da rede de cooperação nacional e internacional que for constituída.

- Criar e alimentar a Página web do projeto
- Produzir materiais impressos e audiovisuais
- Organizar seminário internacional.

3.7. Renature Monchique

Implementação de ações de restauro ecológico:

A Serra de Monchique, no Algarve, sul de Portugal, foi afetada pelo maior incêndio florestal da Europa em 2018. Quase 28.000ha foram queimados, afetando não apenas a comunidade local, mas também os habitats naturais e espécies desta área. Os incêndios florestais estão a tornar-se mais frequentes em Portugal. Impulsionados pelas alterações climáticas e pelo impacto do homem ao longo dos anos, estes incêndios tornaram-se extremamente destrutivos.

Renature Monchique é um projeto que pretende restaurar os principais habitats da Rede Natura 2000 afetados pelo incêndio, apoiando o bem-estar local e mitigando os impactos futuros das alterações climáticas, ajudando ao mesmo tempo a comunidade local recuperar do desastre causado pelo incêndio.

Como parte da iniciativa de compensação das emissões de carbono da Ryanair, este projeto não apoiará apenas a compensação de toneladas de carbono através da plantação de milhares de árvores, mas também ajudará a revitalizar a ecologia da região de Monchique. O projeto Renature Monchique é resultado de uma parceria entre GEOTA e Ryanair, a Região de Turismo do Algarve, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e o Município de Monchique.

Miguel Jerónimo ©



Coordenação: GEOTA

Primeiro parceiro/
cofinanciador: Ryanair

Parceiros:

- Câmara Municipal de Monchique
Lisboa/FCT

- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – Algarve

- Região de Turismo do Algarve

Para mais informações consultar:

<https://www.renaturemonchique.org/>

ou

<http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/defaultCategoryViewOne.asp?categoryId=780>

Tarefa 1: Execução e monitorização de processos de restauro ecológico

Estas ações, iniciadas em 2019 pretendem ter um factor pedagógico e de capacitação em temáticas específicas da gestão do território, mais especificamente da importância e boas práticas de gestão de infraestruturas verdes, num contexto Rede Natura 2000, tendo como público-alvo os proprietários florestais e empresários do sector florestal e agrícola. Objetiva-se envolver e capacitar os agentes económicos e autoridades locais, envolvidos no âmbito do projeto, na adoção continuada de práticas para a conservação da natureza e da biodiversidade com vista à protecção de habitats e espécies prioritárias da Rede Natura 2000 e da RNAP ao mesmo tempo que se promove a fruição sustentável e resolução dos problemas ambientais dos mesmos. Estas ações de demonstração *in situ* pretendem capacitar tecnicamente os actores locais sobre manutenção, limpeza e reabilitação de linhas de águas, controlo de espécies invasoras, regeneração ecológica de habitats para a conservação da natureza e biodiversidade e regeneração ecológica pós-fogo. Esta ação é prosseguida do diagnóstico da infraestrutura verde, medidas de gestão a implementar e locais de demonstração *in situ* a intervir, com vista à conservação da natureza e biodiversidade tendo por base a Diretiva Habitats e Directiva Aves desenvolvidos no projeto TerraSeixe.

Tarefa 2: Desenvolvimento de ações de voluntariado

No projeto pretende-se desenvolver uma gama de ações para criar uma cultura cívica territorial na ótica do ordenamento do território e da conservação e valorização do património – natural, paisagístico e cultural – de modo a poder contribuir para formar cidadãos pró-ativos que respeitem a resiliência do Planeta.

As ações no seu conjunto, direcionadas para vários públicos-alvo e faixas etárias, têm como principais objetivos valorizar o território; promover a biodiversidade, os recursos naturais e o património natural; promover a conservação e valorização natural dos sítios e das zonas de proteção especial integrados na Rede Natura 2000; consciencializar e sensibilizar a sociedade civil para uma proteção ativa da floresta contra incêndios e para evitar comportamentos de risco; aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração pública, universidades, associações nacionais e locais, e com a sociedade civil em geral; reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições; e assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil.

Tarefa 3: Processo de participação pública e execução do Plano de Gestão Ambiental Partilhada

A gestão ambiental partilhada assenta em princípios de partilha de responsabilidades e no estabelecimento de compromissos de gestão que sejam convergentes em função de objetivos comuns definidos de forma colaborativa. Com o plano de gestão ambiental partilhada desenvolvido no âmbito da candidatura à operação CRESC ALGARVE 2020 do projeto TerraSeixe, objectiva-se criar as condições financeiras e operacionais para a execução do mesmo no âmbito do projeto Renature Monchique.

Por outro lado procura-se também responder à necessidade de capacitar e complementar a ação dos parceiros do projeto Renature Monchique em torno de uma base de conhecimento operacional comum com vista a mudar os comportamentos e sensibilizar os atores locais (decisores, empresas, agricultores, população local, turistas, etc.).

Tarefa 4: Comunicação do projeto

Paralelamente à execução das tarefas descritas anteriormente pretende-se implementar uma estratégia de comunicação e plano de comunicação para disseminar as ações desenvolvidas no âmbito do projeto, criar conteúdos audiovisuais e comunicados de imprensa e gerir as redes sociais do GEOTA em torno do projeto. Com este plano de comunicação pretende-se abranger um público mais vasto e não restrito à região de

Monchique.

3.8. UnderWater Watch

•**Tarefa 1: Candidatura ao Programa EEA Grants** –Propõe-se uma candidatura a financiamento com os seguintes propósitos

- Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação e divulgação, nomeadamente em redor de associações de mergulhadores, assim como grupos de mergulhadores que já realizam limpezas subaquáticas de iniciativa própria.
- Desenvolvimento de uma base de dados a nível nacional, onde são armazenados e trabalhados os dados recolhidos durante o projeto.
- Desenvolvimento de trabalhos científicos, vulgo *papers*, utilizando como base o trabalho voluntário e os dados recolhidos no âmbito do projeto.
- Desenvolvimento de ações de divulgação e comunicação, nomeadamente junto da comunidade escolar e grupos de jovens, em específico aqueles com atividades ligadas ao ambiente marinho.

Tarefa 2: Desenvolvimento de uma base de dados conjunta com o projeto Coastwatch.

O desenvolvimento de uma base de dados conjunta com o projeto Coastwatch de forma a desenvolver uma análise conjunta terra-mar, sobre a distribuição e classificação do lixo marinho em Portugal.

3.9. Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada – Professor João Evangelista (GEOTA/ PATO) e Reserva Natural Local do Paul de Tornada

O Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada – Professor João Evangelista, é um equipamento para a Educação e Sensibilização Ambiental, dotado de um Plano de Atividades e Serviço Educativo e funciona como espaço de receção e interpretação da Reserva Natural Local do Paul de Tornada. O Centro é co-gerido pelo GEOTA e pela Associação PATO.

O GEOTA faz parte da Comissão Diretiva da Reserva Natural, colaborando na sua gestão e contribuindo para alcançar os seus objetivos. O Paul de Tornada foi classificado como Reserva Natural Local em 2019 e está integrada na Rede Nacional das Áreas Protegidas. A nível internacional está classificado como Sítio Ramsar.

O Centro conta com a colaboração de uma docente em destacamento no GEOTA pela Rede de Docentes em Mobilidade da Agência Portuguesa do Ambiente.

Atividades:

- Oficinas de Observação e identificação de aves; morcegos; plantas, micromamíferos, insetos;
- Cursos em modo de produção biológica de apicultura, agricultura Biológica, ...;
- Implementação de ações de investigação com uma componente de educação ambiental para a sustentabilidade – armadilhagem de micromamíferos, monitorização da avifauna, armadilhagem fotográfica, restauro das galerias ripícolas, melhoramento do habitat para as 2 espécies autóctones de cágado
- Atividades de educação ambiental para a sustentabilidade para jovens e famílias nas pausas letivas;
- Visitas de estudo e ateliers pedagógicos destinados ao público escolar e outros;
- Apoio e participação em atividades periódicas de anilhagem de passeriformes e outras atividades realizadas no âmbito da Reserva;
- Exposições de trabalhos de Ilustração;
- Colaboração na gestão da Reserva Natural Local do Paul de Tornada, contribuindo para alcançar os seus objetivos;
- Melhoria das condições de segurança e acessibilidades do espaço – limpeza e manutenção de trilhos e espaços envolventes;

José Maria Candeias ©



URL:

<https://underwaterwatchgeo.wixsite.com/underwaterwatch>

Teresa Lemos ©

Carla Pacheco



Apoio pontual:

Helder Careto

Saude Martins

- x. Viveiro de plantas autóctones; .
- xi. Comemoração dos 20 anos do CEEPT

www.cept.pt

<http://www.facebook.com/pages/Centro-Ecol%C3%B3gico-Educativo-do-Paul-de-Tornada-Prof-Jo%C3%A3o-Evangelista/360549383968680?ref=hl>

https://www.instagram.com/paul_de_tornada/

Parcerias na gestão do Centro e da Reserva: Associação PATO, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto.

Apoios:

Instituto Português do Desporto e da Juventude, Águas do Tejo e Atlântico, Oeste Sustentável, Ministério da Educação, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral da Educação e Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

4. Representações junto de ONG ou similares

Helder Careto

4.1. ATTCEI – Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento

Durante 2020 pretende-se assegurar as representações na assembleia geral desta organização de associados coletivos.

Helder Careto

4.2. Agência Oeste Sustentável

Teresa Lemos

Seguimento dos trabalhos da Agência, com reuniões regulares e participação na Assembleia Geral

4.3. CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA

Helder Careto (E)

Patrícia Tavares (S)

Representação no lugar de Secretário do Conselho Executivo desde 12 de março de 2016, com renovação de mandato em março de 2018 por mais 2 anos.

Dinamização da atividade e das valências da CPADA por via da participação nos órgãos sociais da CPADA, dentro do plano de atividades aprovado para 2020, com os seguintes objetivos estratégicos:

1. Reforço da capacidade de intervenção da Confederação junto da opinião pública, das Instituições públicas e do Governo, nos grandes temas transversais da política de ambiente nacional;
2. Dinamização do debate de temas ambientais na sociedade civil e reedição dos Conselhos Gerais;
3. Reforço do papel da CPADA como parceiro social, da promoção do papel das ONGA e do apoio à estruturação e desenvolvimento da rede e da sinergia entre as ONGA e outras organizações;

Melhoria da organização interna e procura por fontes de financiamento mais estáveis.

As reuniões do Conselho Executivo têm apresentado uma periodicidade quinzenal nos últimos meses.

Em www.cpapa.pt está exposto o testemunho da atividade.

4.4. C6 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP

Seguimento dos trabalhos.

A coordenação do C6 é rotativa em 2020 competirá SPEA, devido a dificuldades do FAPAS em assumir esse papel.

Foi decidido propor os seguintes objetivos estratégicos para 2020, para uma apreciação por parte das ONGA da C6 e decisão na reunião de mudança de coordenação e representante, em janeiro de 2020:

- Financiamento da Conservação da Natureza
- Áreas Protegidas e Rede Natura 2000
- Política Agrícola Comum

Helder Careto

Miguel Jerónimo

Patrícia Tavares

As outras matérias que venham a surgir deverão ser propostas pelas organizações interessadas, nos termos do novo regulamento.

O trabalho da C6 no primeiro semestre de 2020 tem-se centrado na revisão da Política Agrícola Comum e do Plano Estratégico para Portugal e na luta contra o projeto do aeroporto no Montijo.

A reuniões têm periodicidade mensal.

4.5. EEB/BEE – European Environmental Bureau

Grupos de trabalho: Manutenção e alargamento das representações nos grupos de trabalho e Ana Brazão, participação no eventos associados. Divulgação de informação e participação nas campanhas a nível Board em representação internacional. Associações Nacionais do EEB

Pretende-se assegurar a representação na Assembleia Geral desta organização e em 3 reuniões J. Joanaz de Melo de Direção do EEB, assegurando também o início dos trabalhos de preparação da Presidência Portuguesa da EU.

Acompanhamento dos trabalhos do Green Budget Europe.

4.6. MIA – Movimento Ibérico Antinuclear

Seguimento dos trabalhos e ações da plataforma.

Helder Careto

Tem havido uma participação pontual nos trabalhos e eventos da plataforma.

Marlene Marques

4.7. Plataforma Salvar o Tua

Helder Careto

URL: <http://www.salvarotua.org/>

Teresa Lemos

A associação está em fase de desativação tendo todo o acervo passado para o GEOTA, ficando a gestão financeira a cargo da LPN

4.8. PASC CC

Acompanhamento ao nível da Direção e da Mesa da Assembleia Geral. Participação na Assembleia Geral da PASC CC – Plataforma Activa da Sociedade Civil-Casa da Cidadania.

Helder Careto,

Participação nos órgãos sociais (Direção-Tesoureiro Mesa da AG-VicePresidente, Assembleia de Representantes, Assembleia Geral).

Direção

Contribuição para as tertúlias debate e a conferência anual da Casa da Cidadania programadas para 2020.

João Joanaz de Melo (Vice-presidente da Mesa da AG)

Reuniões da Direção com uma periodicidade quinzenal.

Marlene Marques, João Dias
Coelho (Conselho de Representantes)

URL: <http://pasc-plataformaactiva.blogspot.pt/>

4.9. PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo

Esta plataforma suspendeu a sua atividade no primeiro trimestre de 2020 considerado que os objetivos para que foi criada foram cumpridos.

Patrícia Tavares

Helder Careto

4.10. PONG Pesca

Marlene Marques

Continuação dos trabalhos e participação nos eventos e reuniões promovidos no âmbito da Plataforma.

José Maria Candeias

URL: <https://pongpesca.wordpress.com/>

Helder Careto

4.11. Plataforma Transgénicos Fora

Manuel Ferreira dos Santos

Seguimento dos assuntos da PTF e participação nas reuniões do grupo coordenador

4.12. ProTejo

Ana Brazão

O GEOTA (Ana Brazão) é um dos dois Porta-Vozes do Movimento proTEJO, conjuntamente com Paulo Constantino, assegurando a coordenação, nomeadamente: organização de reuniões internas e externas com órgãos decisores, comunicação e representação pública, organização anual dos Seminários do proTEJO, entre outros. Os principais temas seguidos e a continuar a seguir serão: revisão da Convenção de Albufeira, projeto Tejo ou “Alqueva do Ribatejo”, Aeroporto do Montijo e impactes no estuário, poluição por fontes pontuais (instalações industriais) e intensificação da área de regadio e floresta.

4.13. Plataforma Oceano Livre

José Maria Candeias

Lançada em 2017.

Helder Careto

Seguimento dos trabalhos através da área do Mar.

4.14. Seas At Risk

Marlene Marques

Manutenção da representação em eventos e na assembleia geral

José Maria Candeias

Helder Careto

5. Representações em Organismos

5.1. Conselho Nacional da Água (CNA)

Continuação do acompanhamento do trabalho do Conselho, com enfoque no desenvolvimento dos Planos de Bacia Hidrográfica e nos critérios de licenciamento para o domínio público hídrico.

Representantes:

- Plenário: João Joanaz de Melo (E),
S a definir (Rios Livres)

5.2. Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (*)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura.

João Joanaz de Melo (E)
Irina Gomes (S)

5.3. Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras Daire e Candereiros

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta GEOTA, LPN, FPE e GPS.

João Joanaz de Melo (E)
Fernando Pires (S)
Pedro Alves (S)

5.4. Conselho Estratégico do Parque Natural da Serra da Arrábida (*)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta LPN e GEOTA

Margarida Augusto (E), Lia Vasconcelos (S)

5.5. Conselho Estratégico do Parque Natural de Montesinho (*)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta Quercus e GEOTA.

Leonel Folhento (E)
Marlene Marques (S)

5.6. Parque Natural de Sintra Cascais (*)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta GEOTA, LPN, QUERCUS.

João Dias Coelho (E)
Eugénio Sequeira (S)
Sandra Pereira (S)

5.7. Conselho de Região Hidrográfica do Norte (*)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão, em articulação com Rede Douro Vivo.

Ana Brazão (efetiva)
Ricardo Próspero (S)

5.8. Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (*)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão. Para além das 4 reuniões anuais, teremos de emitir 4 pareceres anuais aos Relatórios de Acompanhamento Ambiental Trimestrais. Trabalho feito em articulação com Rede Douro Vivo.

Ana Brazão (efetiva)
Ricardo Próspero (S)

5.9. Comissão de Acompanhamento do Parque Natural de Montesinho (*)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão se vierem a ser agendados.

Conceição Martins (E)
Marlene Marques (S)

5.10. Compromisso para o Crescimento Verde

Em 2018 o GEOTA participará na Coligação para o Crescimento Verde designadamente através dos seguintes grupos de trabalho: Energia; Água; Mobilidade e Transportes; Biodiversidade; Instrumentos Económicos.

Marlene Marques, João Joanaz de Melo, Ana Brazão, Pedro Mota, Miguel Jerónimo.

5.11. Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada

Seguimento dos trabalhos da CD RNLPT.

Teresa Lemos
(representante do GEOTA)

5.12. Conselho Consultivo da Reserva Natural Local do Estuário do Douro (*)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão.

Ana Catarina Miranda (efetiva)
Miguel Jerónimo (S)

5.13. CNADS-Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (*)

J. Joanaz de Melo coordena grupo de trabalho sobre a Gestão de Áreas Classificadas.
J. Joanaz de Melo integra grupo de trabalho sobre Mobilidade e Transportes

J. Joanaz de Melo (eleito representante das ONGA em Novembro 2017)

5.14. Conselho Consultivo do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade

Domingos Leitão (E)

João Dias Coelho (S)

Jacinta Bogalhão (S)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta GEOTA, SPEA.

5.15. Conselho Consultivo da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação

Justin Roborg-Søndergaard (E)

Miguel Jerónimo (S)

Acompanhamento dos trabalhos do organismo

(*) – Representação das ONGA no âmbito do Protocolo de Nomeação de Representantes em Organismos Públicos gerido pela CPADA.

6. Funcionamento e logística

Responsáveis

Secretariado e apoio técnico

Manutenção do nível de aproveitamento dos programas PAJ e de outros programas de ocupação temporária de jovens, dado que o recurso ao trabalho temporário destes jovens funciona também como forma concreta de sensibilização, com efeitos multiplicadores em relação a outros jovens.

Realização de estágios não remunerados de complemento curricular ou fim de curso para o apoio a áreas e Projetos específicos do GEOTA.

Melhoria do nível de atendimento e funcionalidade do secretariado do GEOTA. Manutenção do desempenho no tratamento e arquivo de documentação e informação.

Secretariado e despacho da Comissão Executiva e Direção.

Funcionamento do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada

Apoio ao desenvolvimento de candidaturas de projetos a diversos tipos de financiamento (e.g. fundos comunitários, fundações, etc.)

Helder Careto
(Secretário Executivo)
Saúde Martins
(Secretária de Direção)

Apoio Técnico:
Teresa Lemos
(Assessora Técnica Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada e Coastwatch, representante na Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada).

Miguel Jerónimo
(Apoio técnico ao projeto TerraSeixe)

Ana Brazão, Ricardo Próspero, João Labrincha, Nélia Ramos, Daniel Demétrio (contratos projeto Rios Livres).

Carla Pacheco
(Prof.^a destacada em projetos de EAS)

Acolhimento de voluntários

Criação de um sistema organizado de E acolhimento e enquadramento de voluntários, no sentido tanto de potenciar o trabalho do GEOTA como de tornar o GEOTA atractivo para diversos grupos interessados, com destaque para os estudantes universitários. Cada grupo deverá propor actividades concretas para enquadrar os voluntários, integrado num procedimento geral de acolhimento.

Envolvimento de todos os grupos de trabalho do GEOTA. Coordenação a definir.

Equipamento e Software

Manutenção e reforço da rede informática no GEOTA.

Manutenção de software do GEOTA.

Manutenção de equipamento.

Comissão Executiva
Helder Careto
João Labrincha
Daniel Demétrio

Serviços externos

Manutenção do serviço de contabilidade.

Manutenção dos seguros de instalações, equipamento e acidentes de trabalho.

Manutenção dos serviços contratualizados de HST.

Comissão Executiva
Saúde Martins
Helder Careto

Plano de Formação

De acordo com a legislação do trabalho, os trabalhadores do GEOTA deverão beneficiar de um período anual de formação profissional de 40h, onde se incluirá a sua participação em ações de formação forma ou informar, certificadas ou não, organizadas pelo GEOTA ou por outras entidades, com aprovação do órgão executivo.

Comissão Executiva

Sede (obras e manutenção)

Manutenção em condições de funcionamento das atuais instalações.

Investimento nas obras de manutenção do condomínio.

Direção

Condomínio

Representação e seguimento dos assuntos do condomínio onde se situa a sede do GEOTA.

Comissão Executiva

IV. Orçamento 2020

(provisório)

| Despesas | | |
|----------|-------------------------------|----------------|
| SNC | Descritivo | Ano 2020 |
| 621 | Subcontratos | 552 629 |
| 6221 | Trabalhos especializados | 395 307 |
| 6222 | Publicidade e propaganda | 7 000 |
| 6223 | Vigilância e segurança | 78 |
| 6224 | Honorários | 20 000 |
| 6225 | Comissões | 150 |
| 6226 | Conservação e reparação | 6 000 |
| 6228 | Outros serv. especializados | 50 |
| 6231 | Ferramentas e utensílios | 8 000 |
| 6232 | Livros e documentação técnica | 150 |
| 6233 | Material de escritório | 12 000 |
| 6234 | Artigos para oferta | 300 |
| 6238 | Outros materiais | 17 000 |
| 6241 | Electricidade | 1 500 |
| 6242 | Combustíveis | 180 |
| 6243 | Água | 500 |
| 6248 | Outros fluidos | 70 |
| 6251 | Deslocações e estadas | 50 000 |
| 6252 | Transportes de pessoal | 2 184 |
| 6253 | Transportes de mercadorias | 100 |
| 6258 | Outras deslocações | 0 |
| 6261 | Rendas e alugueres | 12 000 |
| 6262 | Comunicação | 3 000 |
| 6263 | Seguros | 900 |
| 6264 | Royalties | 0 |
| 6265 | Contencioso e notariado | 160 |
| 6266 | Despesas de representação | 0 |
| 6267 | Limpeza, higiene e conforto | 8 000 |
| 6268 | Outros serviços | 8 000 |
| 63 | Gastos com o pessoal | 229 212 |
| | 1101 Sede | 93 |
| | 1201 CEEPT | 7 379 |
| | 1401 CW | 9 972 |
| | 1301 Representações nacionais | 2 165 |
| | 1302 Rep Internacionais | 897 |
| | 1412 OMES | 100 |
| | 1413 Salvar Tua | 0 |
| | 141500 RL DG | 129 837 |
| | 1425200 OHPP 631 | 10 473 |
| | 1416 jant Solid | 0 |
| | 1417 órgãos | 15 000 |
| | 1419 Ribeira de Seixe | 36 296 |
| | 1420 Reunião Mava | 0 |
| | 1421 – Sustenturis | 0 |
| | 1422 - UnderWaterWatch | 0 |
| | 1426 EPAL | 0 |
| | 1501 Ativ Ger | 17 000 |
| | | |
| 64 | Gastos de depreciação | 8 920 |
| 65 | Perdas por imparidade | 100 |
| 66 | Perdas redução justo valor | 200 |
| 67 | Provisões do período | 70 000 |
| 68 | Outros gastos e perdas | 2 000 |
| 69 | Gastos de financiamento | 200 |
| 6 | Total de gastos | 863 261 |

| SNC | Descritivo | Ano 2019 |
|-----------------|------------------------------------|----------------|
| Receitas | | |
| 71 | Vendas | 2 000 |
| 72 | Prestações de serviços | 265 350 |
| 73 | Variações invent. produção | 0 |
| 74 | Trabalhos p/própria entidade | 0 |
| 75 | Subsídios à exploração | 94 900 |
| | | |
| | CM e outros entes públicos | 54 900 |
| | Fundo Ambiental | 40 000 |
| | | |
| | | |
| 76 | Reversões | 0 |
| 77 | Ganhos aumentos justo valor | 0 |
| 78 | Outros rendimentos | 520 347 |
| | Entidades privadas | 500 |
| | MAVA | 465 123 |
| | Euronatur | 47 704 |
| | EEB | 500 |
| | Donativos | 20 |
| | Quotas | 4 000 |
| | Outros : CIDN | 2 500 |
| | | |
| 79 | Juros, div. e rend. similares | 0 |
| | | 0 |
| 7 | Total de rendimentos | 882 597 |
| | Transporte de 2019 | 54 110 |
| 811 | Resultado antes de impostos | 73 446 |